

Prefácio

A integridade no serviço público é vital para garantir que os recursos sejam empregados para servir ao interesse público e alcançar os objetivos das políticas de governo. Em última análise, as políticas de integridade buscam promover a aplicação de valores compartilhados e obter mudanças sustentáveis nas culturas organizacionais na administração pública e no comportamento dos servidores públicos. Sem tais mudanças, as políticas de integridade podem acabar existindo apenas no papel ou, na melhor das hipóteses, tornar-se uma forma direta de garantir a conformidade com regulamentos e padrões sem propriedade e comprometimento reais.

As entidades do setor público variam amplamente em termos de seus mandatos, recursos e capacidades, bem como no contexto em que operam e os riscos de integridade que enfrentam. Uma visão estratégica da integridade pública, portanto, evita uma abordagem única para todos os casos, permite que as entidades públicas estabeleçam objetivos relevantes e realistas e prioriza ações com base nos riscos e oportunidades reais de integridade.

No Brasil, um país federativo com uma administração pública complexa e diversificada, implementar tal visão estratégica pode ser um desafio, pois exige a integração de regulamentos e políticas de integridade em toda a administração pública. A partir de então, busca-se garantir que os padrões sejam cumpridos, promover coerência e evitar mensagens contraditórias para servidores públicos, reconhecer as diferenças e permitir que as entidades públicas se adaptem às suas especificidades.

Este relatório faz parte de um projeto em andamento por meio do qual a OCDE apoia a Controladoria-Geral da União (CGU), órgão que lidera as políticas de integridade no âmbito federal, no fortalecimento de suas políticas, métodos e instituições para promover a integridade no Poder Executivo federal. O projeto possui três componentes: uma revisão da metodologia de avaliação de risco de integridade; a aplicação de percepções comportamentais à integridade pública; e o fortalecimento da Unidade de Gestão da Integridade (UGI). Em julho de 2021, durante a implantação desse projeto, o Brasil instituiu o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (SIPEF) e a UGI passou a ser a unidade setorial desse novo sistema, dirigida pela CGU. Posteriormente, o escopo deste relatório foi ampliado para contemplar não apenas a UGI, mas também o SIPEF e a CGU como seu órgão central.

Este relatório contribui para o trabalho da OCDE de apoio a países na implementação eficaz da *Recomendação da OCDE sobre Integridade Pública*. Ademais, ele fornece recomendações concretas sobre como fortalecer o sistema de integridade brasileiro na esfera federal, aprimorando a coerência e a visibilidade da integridade, a fim de oferecer melhor orientação aos servidores públicos. Dessa forma, suas conclusões e recomendações também podem inspirar outros países que enfrentam problemas semelhantes. Além disso, este relatório propicia uma contribuição para a próxima *Avaliação da OCDE sobre Integridade no Brasil*.

A avaliação foi aprovada pelo Grupo de Trabalho de Altos Funcionários sobre Integridade Pública (SPIO) da OCDE em 11 de novembro de 2021 e desclassificada pelo Comitê de Governança Pública em 03 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

O relatório foi preparado pela Divisão de Integridade do Setor Público da OCDE da Diretoria de Governança Pública sob a direção de Elsa Pilichowski, Diretora de Governança Pública da OCDE e Julio Bacio Terracino, Chefe Interino da Divisão de Integridade do Setor Público. O relatório foi coordenado e redigido por Frédéric Boehm. Giulio Nessi, Carissa Munro, Maria Camila Porras, Camila Gomes e Laura Uribe forneceram apoio e contribuições inestimáveis. Alessandro Bellantoni, David Goessmann, Emma Cantera e Claire McEvoy deram pareceres. O relatório foi revisado por pares por Izadora Zubek, da Agência Francesa de Combate à Corrupção (Agence Française Anticorruption, AFA), quem forneceu comentários e contribuições valiosos para fortalecer a análise e as recomendações. A assistência editorial e administrativa foi fornecida por Meral Gedik. A tradução do relatório para o português foi preparada por Pedro Milliet e editada em profundidade por Camila Gomes e Carolina Souto Carballido.

A OCDE agradece ao Ministro da Controladoria-Geral da União (*Controladoria-Geral da União*, CGU), Wagner de Campos Rosário, bem como aos seus servidores, em particular, à Cláudia Taya e ao Roberto Cesar de Oliveira Viegas, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), ao Pedro Ruske Freitas e à Carolina Souto Carballido, da Diretoria de Promoção da Integridade (DPI), pelo apoio na organização e no levantamento virtual de fatos e pelas muitas discussões frutíferas sobre os resultados preliminares e recomendações ao longo do projeto.

A OCDE também gostaria de agradecer às pessoas e organizações que participaram do processo e forneceram informações valiosas para a preparação do relatório. Em particular, a OCDE agradece o feedback e as informações compartilhadas pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP) e pela Unidade de Gestão da Integridade das seguintes entidades federais que participaram do Grupo de Discussão e das entrevistas bilaterais: Agência Nacional de Telecomunicações, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Ministério da Cidadania, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação, Fundação da Universidade Federal do Maranhão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Agência Nacional do Cinema, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Infraestrutura, Ministério do Turismo, Secretaria-Geral da Presidência da República, Fundação Nacional de Saúde, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Ministério da Economia e Controladoria-Geral da União. Por fim, a OCDE agradece às 30 Unidades de Gestão da Integridade que responderam ao questionário enviado em 2020.



From:
Strengthening Public Integrity in Brazil
Mainstreaming Integrity Policies in the Federal Executive Branch

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/a8cbb8fa-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2021), "Prefácio", in *Strengthening Public Integrity in Brazil: Mainstreaming Integrity Policies in the Federal Executive Branch*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/76d2ca80-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.